



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM  
CENTRO REGIONAL DE MANAUS  
COORDENAÇÃO TÉCNICA

PROJETO BÁSICO Nº 5/ 2023 - SEADM-MN

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)**

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de suporte técnico e manutenção 24 horas por 7 dias da semana, para o sistema computacional INTELLETOTUM do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

2. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 14)**

2.1. **SERVIÇO QUE COMPÕE A SOLUÇÃO:**

Tabela 1 - Serviço que compõe a pretendida solução.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE
1	27928	Serviço de suporte técnico e manutenção 24 horas por 7 dias da semana, para o sistema computacional INTELLETOTUM.	UNIDADE

"Os códigos dos bens e serviços, se encontra(m) cadastrado(s) e ativo(s) no catálogo de bens e serviços no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>."

2.2. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

2.2.1. As especificações constam no APÊNDICE IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

3. **JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 15)**

3.1. **CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, Art. 15)**

3.1.1. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), órgão integrante do Ministério da Defesa, foi criado em 17 de abril de 2002 com objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e Zona Econômica Exclusiva. Constitui-se por três Centros Regionais (CRs) localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) localizado em Brasília/DF, os quais proporcionam a cobertura global da área protegida pelo Sistema, para promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

3.1.2. O sistema INTELLETOTUM atualmente funciona como integrador de informações e banco de dados de inteligência do CENSIPAM, bem como permite a utilização de técnicas de *Open Source Intel* (Inteligência de fontes abertas) no uso de suas ferramentas de análise de redes sociais e pesquisa Textual, entre outras funcionalidades ligadas aos trabalhos de análise de inteligência realizados pelo CENSIPAM. Tal sistema permite ainda que sejam realizadas análises das informações nele armazenadas, utilizando técnicas de mineração e relacionamento de dados, produzindo relatórios que subsidiam as atividades de Inteligência no âmbito do Censipam.

3.1.3. A solução será utilizada nos Centro de Coordenação Geral em Brasília/DF e Centros Regionais de Manaus, Porto Velho e Belém do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM

3.1.4. Sendo assim, destaca-se que se trata de contratação premente e crítica, e que, caso não seja efetivada, impossibilitará a execução de parte das atividades institucionais de inteligência do CENSIPAM.

3.1.5. Em vista de o serviço a ser contrato ser por preço certo e total, conforme descrito no subitem 8.1. deste projeto, e a definição da solução ser definida exaustivamente, a presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

3.2. **ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, Art. 15, INCISO I)**

3.2.1. As necessidades de negócio descritas na tabela a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 2 - Alinhamento estratégico

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO		
	Item	Descrição
Planejamento Estratégico Institucional do Censipam 2022-2024	OE 2	Aprimorar os produtos e serviços existentes.
	2PE2	Aprimorar a acurácia e a abrangência dos produtos;
	OE 5	Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.
	5PE1	Aumentar a cultura organizacional de contrainteligência;
	5PE2	Aprimorar os processos;
	5PE6	Aprimorar a infraestrutura de TI;
Planejamento Estratégico de TIC 2013-2023 - versão 2016.1 (0122447)	OE 4	Promover a integração e a troca de experiências

	IE 4.1	Índice de integração de serviços de órgãos parceiros
	OE 10	Garantir e evoluir a infraestrutura de TIC
	IE 10.4	Índice de processos sistematizados
<b>Plano Diretor de TIC 2020-2023</b> - versão 2020.4 (2958732)	1	Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI
	2	Manter Suporte a usuários de TIC
	3	Manter Sistemas Corporativos
<b>Alinhamento ao PCA/2023</b>	Item:88/23 Descrição: Contrato de manutenção operacional do software do IDSeg (mensal)	
<b>Alinhamento ao PTA/2023</b>	Item: 071/2023 Descrição: Contrato de manutenção operacional do software do IDSeg (mensal)	

3.2.2. O CENSIPAM ainda não instituiu a sua Política de Governança Digital motivo pelo qual não foi indicado o alinhamento da contratação a referida política.

3.2.3. Como o objeto pretendido não trata de oferta digital de serviços públicos, não há a necessidade de integração à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016.

### 3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

3.3.1. Serviço ininterrupto de suporte técnico e manutenção sistema computacional INTELLETOTUM 24 horas por 7 dias da semana.

### 3.4. PERMISSÃO DE CONSÓRCIO OU SUBCONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, Art. 12, §2º, INCISO I)

3.4.1. Existe uma única empresa no mercado com os direitos exclusivos sobre o sistema computacional INTELLETOTUM.

### 3.5. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Tabela 3 - Benefícios da contratação.

ID	Benefícios	Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade
1	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos para a Amazônia Legal por meio da transformação digital	Eficácia
2	Disponibilizar bases de dados de governo para subsidiar a avaliação de políticas públicas para a Amazônia Legal e a melhoria de serviços públicos pelos diferentes órgãos da Administração Pública Federal	Efetividade
3	Promover a inovação	Eficácia
4	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos para a Amazônia Legal	Eficácia
5	Compartilhar e integrar infraestruturas, dados, processos, sistemas e serviços públicos para a Amazônia Legal	Eficiência

### 3.6. SERVIÇO CONTINUADO (LEI Nº 8.666/1993, ART 57, INCISO II):

3.6.1. Trata-se serviço não comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Inexigibilidade, conforme inciso I, do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993.

3.6.2. Este serviço é de natureza continuada, tendo em vista tratar-se de serviço auxiliar necessário ao CENSIPAM para o desempenho de suas atribuições no que tange a garantir o correto funcionamento do sistema, com tempestividade e correção, desta forma permitindo uma melhor qualidade nas análises de inteligência em curso, tal como a manutenção da integridade das informações de inteligência ora já estabelecidas dentro do Sistema INTELLETOTUM.

3.6.3. A eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades de inteligência do CENSIPAM, motivo pelo qual a contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro. O inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 prevê a possibilidade de prorrogar a duração de contratos cujo objeto seja a execução de serviços contínuos, por até 60 (sessenta) meses, após o início da vigência do contrato.

### 3.7. SERVIÇO DE NATUREZA COMUM (IN. 01/2019, Art. 25, PARÁGRAFO ÚNICO)

3.7.1. Trata-se de serviço não comum, conforme o parágrafo 2º do Art. 9 do Decreto nº 7174/2010 que assim dispõe:

"Art. 9º **Para a contratação de bens e serviços de informática e automação**, deverão ser adotados os tipos de licitação "menor preço" ou "técnica e preço", conforme disciplinado neste Decreto, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação.

§ 2º Será **considerado comum o bem ou serviço** cuja especificação estabelecer padrão objetivo de desempenho e qualidade e for capaz de ser atendida por **vários fornecedores**, ainda que existam outras soluções disponíveis no mercado." (grifo nosso)

3.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.9. Em virtude da especificidade do objeto e da impossibilidade de uma concorrência, faz-se necessário a contratação direta mediante Inexigibilidade, conforme inciso II, do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)

#### 4.1. NECESSIDADES DE NEGÓCIO (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, INCISO I)

##### 4.1.1. Necessidades de negócio - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea "a")

4.1.1.1. Assegurar o bom funcionamento do banco de dados de inteligência da Coordenação Geral de Inteligência.

4.1.1.2. Ampliar a capacidade de análise de inteligência e melhor integração dos dados interoperados pelos órgãos parceiros.

4.1.1.3. Manter a qualidade do assessoramento prestado à direção geral do CENSIPAM com o uso de um sistema de integração de dados.

##### 4.1.2. Requisitos de treinamento - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea "b")

4.1.2.1. Não haverá treinamento.

##### 4.1.3. Requisitos legais - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea "c")

4.1.3.1. Decreto-lei nº 200/1967, Art. 10, § 7º - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

4.1.3.2. Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- 4.1.3.3. Lei nº 9.637 de 1998 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicação, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.
- 4.1.3.4. Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- 4.1.3.5. Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
- 4.1.3.6. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- 4.1.3.7. Decreto nº 8.777 de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
- 4.1.3.8. Lei nº 13.243, de 2016 - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
- 4.1.3.9. Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- 4.1.3.10. Instrução Normativa SLTI nº 05/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.1.3.11. Instrução Normativa SLTI nº 07/2018 - Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 4.1.3.12. Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 - atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o Art. 23 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4.1.3.13. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela união.
- 4.1.3.14. Instrução Normativa SGD nº 1/2019, de 04 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
- 4.1.3.15. Instrução Normativa SGD nº 2, de 2019 - dispõe sobre os Limites de Alçadas para Contratação de TI.
- 4.1.3.16. Instrução Normativa SGD nº 31/2021, de 23 de março de 2021 - Atualizou a Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- 4.1.3.17. Instrução Normativa Seges/ME nº 40, de 22 de maio de 2020 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 4.1.3.18. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020/2023 - CENSIPAM.
- 4.1.3.19. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2023.
- 4.1.3.20. Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 - dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 4.1.4. **Requisitos de manutenção - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea “d”)**
- 4.1.4.1. Durante o período de vigência do contrato, as atualizações de hardware e software que compõem as soluções, contemplando correções, melhorias ou novas funcionalidades deverão ser disponibilizadas ao Contratante para que sejam providenciados os procedimentos necessários à sua homologação.
- 4.1.4.2. A Contratada deverá realizar as manutenções corretivas necessárias para garantir a continuidade de fornecimento da solução em caso de falhas, conforme nível de acordo de serviços estabelecido no Projeto Básico.
- 4.1.5. **Requisitos temporais - (IN. 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea “e”)**
- 4.1.6. As soluções e todos os seus elementos deverão ser instalados, configurados e funcionais no prazo estimado de 60 (sessenta) dias corridos.
- 4.1.7. **Requisitos de segurança - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea “f”)**
- 4.1.7.1. Deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.
- 4.1.8. **Requisitos de sustentabilidade - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso I, alínea “g”)**
- 4.1.8.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação, uma vez que o serviço a ser contratado trata de suporte e manutenção de software, via web.
- 4.2. **IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS E NECESSIDADES TECNOLÓGICAS (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, INCISO II)**
- 4.2.1. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “a”)**
- 4.2.1.1. Os requisitos técnicos deve ser integralmente observados.
- 4.2.1.2. Manutenção preventiva, que compreende a realização de testes periódicos seguindo roteiro estabelecido pela DIGITRO (detentora da exclusividade do produto), ou por empresa por ela autorizada, visando a conservação do sistema, sendo ativada através de visitas pré-agendadas ou remotamente;
- 4.2.1.3. Manutenção corretiva, que compreende a realização de correção de qualquer problema identificado no sistema por usuário, após acionamento do serviço de suporte ao cliente, a ser realizada remotamente ou via técnico local, conforme o caso;
- 4.2.1.4. Suporte técnico, que compreende o serviço de atendimento aos usuários com eventuais problemas de entendimento sobre as funções do sistema INTELLETOTUM, mediante telefone ou intervenção remota funcionado 24 (vinte e quatro) horas e 7 dias na semana;
- 4.2.1.5. Atualização de versões que consiste na atualização técnica recomendada pelo desenvolvedor, de modo a manter o sistema dentro das melhores condições de utilização;
- 4.2.1.6. Visitas técnicas que consistem na realização de visitas exclusivamente técnicas, previamente agendadas, objetivando esclarecer dúvidas, ouvindo e propondo sugestões, novas facilidades de suporte técnico do sistema e ainda a supervisão remota de equipamento que deverá ser realizada durante toda a vigência do contrato e será prestada através dos serviços do centro de gerência de rede da empresa contratada, possibilitando assim a detecção de problemas, e atuando de forma pró ativa na correção de falhas.
- 4.2.1.7. A Contratada deverá fornecer toda a infraestrutura e equipamentos necessários voltados ao perfeito funcionamento da solução.
- 4.2.1.8. **Requisitos de projeto e de implementação - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “b”)**
- 4.2.1.9. A contratação trata-se de manutenção e suporte técnico.
- 4.2.2. **Requisitos de implantação - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “c”)**
- 4.2.2.1. A Contratada deverá disponibilizar um plano de execução que contemple o fornecimento, instalação e configuração dos bens e serviços necessários a solução a ser adquirida.
- 4.2.3. **Requisitos de garantia - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.2.3.1. A Contratada deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor total de cada contrato firmado, conforme previsto no Art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

- 4.2.3.2. A escolha da modalidade de garantia contratual a ser prestada caberá à Contratada e deverá atender ao estabelecido no Art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.
- 4.2.3.3. A apresentação da garantia contratual, baseada nos itens anteriores, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato.
- 4.2.3.4. Em caso de inexecução parcial, o cálculo para pagamento proporcional deverá levar em conta a diferença entre o que foi demandado e o que foi efetivamente fornecido (atestados pela fiscalização contratual), comprovando a execução parcial do objeto.
- 4.2.3.5. A garantia deverá seguir os padrões definidos no Projeto Básico.
- 4.2.4. **Requisitos de Manutenção - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.2.4.1. Os serviços de manutenção preventiva/corretiva e suporte técnico deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato.
- 4.2.5. **Requisitos de Comunicação - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “d”)**
- 4.2.5.1. A Contratada deverá disponibilizar um profissional responsável pelo relacionamento com o CENSIPAM, definindo as formas de integração das equipes.
- 4.2.5.2. A Contratada deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.
- 4.2.6. **Requisitos de capacitação - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “e”)**
- 4.2.6.1. A Contratada deverá apresentar certificados de outros contratos com a mesma prestação de serviços objetos desta contratação.
- 4.2.7. **Requisitos de experiência da equipe - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “f”)**
- 4.2.7.1. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 4.2.8. **Requisitos de metodologia de trabalho - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “h”)**
- 4.2.8.1. A metodologia a ser executada na execução do objeto pretendido, deverá ser proposta pela Contratada e ser aprovada pelo CENSIPAM.
- 4.2.9. **Requisitos de segurança da informação - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 16, inciso II, alínea “i”)**
- 4.2.9.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do CENSIPAM.
- 4.2.9.2. Para tanto, quando da assinatura do contrato, a Contratada deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.

## 5. RESPONSABILIDADES (IN SGD/ME 01/2019, ART. 17)

### 5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO I)

- Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Projeto Básico;
- Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO II)

- Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no contrato, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do Art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)

### 6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO I)

#### 6.1.1. Reunião Inicial

6.1.1.1. Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato deverá se dar a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, e do Administrativo do Contrato, da Contratada e dos demais interessados por ele identificados.

6.1.1.2. O modelo dos termos de ciência e de compromisso se encontram no APÊNDICE III - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

#### 6.1.2. Da execução dos serviços

6.1.3. O início da execução dos serviços deverá se dar em, no máximo, 10 dias corridos da assinatura dos contrato.

6.1.4. A Contratada deverá fornecer serviço suporte e manutenção do sistema para o correto funcionamento nos termos deste Projeto Básico.

6.1.5. Mensalmente, a execução dos serviços será avaliada por meio da verificação da qualidade pactuada em contrato, dos IMRs.

6.1.6. A Contratada fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com e sua proposta.

6.1.7. A Contratada deverá disponibilizar relatório de alertas para o monitoramento do desempenho da funcionalidade do sistema, no mínimo, periodicidade mensal indicando, no mínimo:

- as ocorrências de indisponibilidade do sistema;
- data de chamados abertos, equipamento e problemas observados; e
- data de chamados encerrados e solução aplicada.

6.1.8. Caso a empresa não consiga emitir relatórios mensais e periódicos de disponibilidade, a Contratada deverá, mensalmente para efeito de pagamento e eventualmente, quando solicitado pelo Contratante, apresentar relatório com informações de falhas no sistema contendo no mínimo:

- data de chamados abertos; e
- data de chamados encerrados e solução aplicada.

6.1.9. Mensalmente, a execução dos serviços será avaliada por meio da verificação da qualidade pactuada em contrato, dos IMRs apurados conforme definido na seção 7.2.6 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS, e análise do relatório mensal de disponibilidade do circuito fornecido pela Contratada ou emitido pelo sistema web de monitoramento.

6.1.10. O Gestor do Contrato deverá então, solicitar mensalmente à Contratada a emissão da Fatura para pagamento pelo CENSIPAM descontadas as eventuais glosas apuradas sobre o valor da fatura mensal.

6.1.11. O recebimento se dará por meio de lavração de Termo circunstanciado pelo Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo e encaminhado ao Gestor do Contrato.

6.1.12. Não haverá o recebimento provisório em função da dispensa prevista no Art. nº 74 da Lei 8.666/1993:

Art. 74. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II - serviços profissionais;

III - obras e serviços de valor até o previsto no Art. 23, inciso II, alínea "a", desta Lei, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.

#### 6.1.13. Da prestação dos serviços de assistência técnica

6.1.13.1. Os serviços de garantia deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, em regime 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) online ou, se necessário, com alarmes automáticos do sistema quando apresentar algum problema.

6.1.13.2. O suporte técnico também poderá ser realizado quando solicitado pela Contratante, por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada.

6.1.13.3. A Contratada deverá disponibilizar pelo menos um dos seguintes canais para abertura de chamados: e-mail, telefone (0800 ou de custo do local de abertura do chamado) ou site as suas expensas para solicitação de suporte técnico.

6.1.13.4. Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento serão fornecidas, no mínimo, as seguintes informações:

- Problema observado;
- Nome, telefone, e-mail do profissional do CENSIPAM responsável pela solicitação; e
- Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.

6.1.13.5. Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

6.1.13.6. O prazo de entrega do serviço será conforme os níveis de serviço mínimos exigidos contemplados.

6.1.13.7. A Contratada informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do CENSIPAM, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.

6.1.13.8. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela Contratante.

6.1.13.9. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela 9, item 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19), tendo início da contagem a partir da hora de abertura do chamado.

6.1.13.10. Após o início do atendimento, a Contratada deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para Diagnóstico do Chamado, conforme especificado na seção ITEM 7.2.7 - NÍVEIS DE SEVERIDADE.

6.1.13.11. O prazo de resolução do chamado deverá ser acordado caso a caso entre o atendimento técnico da Contratada e o Gestor/Fiscal do contrato.

6.1.13.12. A Contratada, após a realização dos serviços, deverá apresentar um Relatório de Serviços, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável do CENSIPAM.

6.1.13.13. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação da Contratante, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento.

6.1.13.14. Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a Contratante notificará a Contratada de tal fato para que tome as devidas providências.

6.1.13.15. O não atendimento dos prazos máximos definidos na Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados por parte da Contratada ensejará aplicação de sanções e multas, conforme o ITEM 7.4. - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV), deste Projeto Básico.

#### 6.1.14. Papeis e Responsabilidades dos Atores:

Tabela 4 - Papeis e Responsabilidades dos Atores.

Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato	Providenciar reunião inicial com a Contratada Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada Encaminhar pedidos de sanções Acompanhar o recebimento de equipamentos da Contratada Autorizar emissão de notas fiscais Gerir o contrato Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços Gerir pagamentos Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual Observar as normas internas do CENSIPAM para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato	Providenciar, mensalmente, o Termo Circunstanciado de recebimento dos serviços mensais Confecção e abertura de chamados à Contratada Acompanhar o eventual fornecimento de equipamentos da Contratada e a prestação dos serviços Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato Avaliar a qualidade dos serviços prestados
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional.	Confecção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à Contratada. Acompanhar o fornecimento de equipamentos da Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções. Produzir pareceres sobre a execução do contrato. Garantir a execução contratual. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos	Verificar aderência aos termos contratuais Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre Contratante e Contratada, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos	Supervisionar a prestação dos serviços Supervisionar o fornecimento de equipamentos da Contratada Realizar reuniões periódicas com a Contratante Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados Representar a Contratada no acompanhamento da execução do Contrato

Papeis	Formação	Resumo das atividades
		Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil Acompanhamento e realização do contrato Providenciar a emissão das faturas para pagamento Emissão de relatórios de execução dos serviços de manutenção

6.1.15. **Cronograma Estimado de Execução:**

Tabela 5 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
0	Assinatura do Contrato	----	0	N/D	Contratante / Contratada
1	Reunião Inicial	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
2	Recebimento da cópia assinada do contrato	0	10	Dias úteis	Contratada
3	Apresentação de documentação exigida à Contratada e a Contratante	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
4	Início efetivo da execução e cobrança dos serviços	6	1	Dia útil	
<b>Mensalmente</b>					
5	Entrega ao Gestor do Contrato do relatório mensal	---	0	N/D	Contratada
6	Realizar avaliações do serviço prestado no período mensal de apuração, medição dos IMRs, Avaliação do relatório mensal da Contratada, apuração de eventuais glosas e multas	7	3	Dias úteis	Equipe de Fiscalização do Contrato
7	Solicitação da emissão da fatura mensal pela Contratada	8	1	Dia útil	Gestor do Contrato
8	Entrega da fatura	9	10	Dias corridos	Contratada
9	Pagamento da fatura mensal	11	5	Dias úteis	Contratante
<b>Ao final do Contrato (*)</b>					
10	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	30	meses	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor, Contratada

(\*) - O contrato pode ser renovado até 60 meses

6.1.16. **Da Garantia Contratual**

6.1.16.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

6.1.16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.1.16.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.1.16.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do Art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.1.16.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.1.16.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

6.1.16.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.1.16.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.1.16.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.1.16.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.1.16.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.1.16.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.1.16.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.1.16.14. Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.1.16.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

6.1.16.16. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Contrato.

6.1.17. **Documentação mínima exigida - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, inciso I, alínea "b")**

6.1.17.1. Conforme definições nas seguintes seções deste documento:

- "6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
- "7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"

6.1.17.2. Todas as ocorrências relativas a execução e gestão contratual devem ser registradas no processo assim como as comunicações entre a Contratada e a Contratante.

6.1.17.3. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser atualizado a cada renovação contratual contendo todas as ocorrências relevantes no que concerne aos riscos levantados ou a novos riscos identificados.

6.1.17.4. Toda a documentação fornecida pela Contratada deve ser preferencialmente elaborada em português do Brasil.

**6.1.18. Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 35)**

6.1.18.1. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar, no que couber:

- a existência de eventuais pendências ao encerramento do contrato;
- a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
- a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;
- a devolução de recursos;
- a revogação de perfis de acesso;
- outras que se apliquem.

6.1.18.2. O Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para o aditamento.

6.1.18.3. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual conforme modelo do APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL.

**6.2. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO II)**

Tabela 6 - Quantidade mínima de bens ou serviços

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO
ÚNICO	27928	Contratação de serviço de suporte técnico e manutenção <b>24 horas por 7 dias da semana</b> , para o sistema computacional INTELLETOTUM.

**6.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO III)**

6.3.1. O mecanismo formal de comunicação entre o CENSIPAM e a Contratada de cada localidade se dará mediante emissão de correspondência (preferencialmente eletrônica) com os respectivos anexos que venham a ser necessários para o eficaz entendimento da comunicação e sua formalização.

6.3.2. A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados pelo menos um dos seguintes canais: e-mail, telefone (0800 ou de custo local em Manaus) ou site as suas expensas para solicitação de suporte técnico.

6.3.2.1. Na abertura de chamados técnicos deverão ser fornecidas, no mínimo, as seguintes informações:

- Problema observado;
- Nome, telefone, e-mail do profissional do CENSIPAM responsável pela solicitação; e
- Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.

6.3.3. Todas as documentações e comunicações geradas na gestão do contrato devem obrigatoriamente ser apensadas no processo.

**6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO V)**

6.4.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.4.2. A Contratada e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir aos seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na entrega dos bens e na prestação dos serviços, sem prejuízo das obrigações constantes deste Projeto Básico:

6.4.3. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CENSIPAM ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

6.4.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério da Defesa.

6.4.5. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CENSIPAM.

6.4.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

6.4.7. Assinar o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência, previstos no APÊNDICE III - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

**6.5. DEFINIÇÃO DO GESTOR E EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.5.1. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

*"9.1.1. providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;*

*9.1.2. designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;*

*9.1.3. realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário)."*

6.5.2. O CENSIPAM, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado.

6.5.3. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por duas equipes designadas, uma para os itens 1 e 3 e outra para o item 2, assim como seus substitutos, em portaria específica, a ser publicada antes da assinatura do contrato, de acordo com as áreas de atuação dos Centro Regionais onde o Radar está instalados para exercício dos seguintes papéis:

- **Gestor do Contrato:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- **Fiscal Técnico do Contrato:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- **Fiscal Administrativo do Contrato:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, ART 19)**

**7.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

7.1.1. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

*"9.1.1. providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;*

*9.1.2. designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos*



*contratos sob sua responsabilidade;*

*9.1.3. realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário)."*

7.1.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.3. A fiscalização do fornecimento de bens e serviços será exercida pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Gestor do Contrato, devidamente credenciados, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à Contratada, Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

7.1.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste .

7.1.5. Conforme inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 1 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, deverá ser realizada reunião inicial com participação dos Fiscais do Contrato, do Representante Legal da Contratada e demais intervenientes identificados.

7.1.6. Conforme alínea "b" do inciso I do artigo 31 da Instrução Normativa Nº 4 da SGD/ME, de 4 de abril de 2019, a pauta da reunião mencionada acima contemplará a entrega, por parte da Contratada, dos Termos de Compromisso e de Responsabilidade nos casos em que se apliquem.

7.1.7. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.1.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.1.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.1.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.1.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.1.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.1.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.1.17. A verificação de aderência aos termos contratuais, ficará a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato.

7.1.18. O encaminhamento das notificações de correção à Contratada, estão a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato.

7.1.19. O eventual encaminhamento de indicação de glosas e sanções se dará por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa do CENSIPAM.

7.1.20. Uma vez concluídas todas avaliações e análises e não houverem mais pendências, será procedida a confecção e assinatura do Termo Circunstanciado de Recebimento, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos parágrafos acima.

7.1.21. A autorização para o faturamento, ficará a cargo do Gestor do Contrato com base nas informações produzidas no Termo Circunstanciado de Recebimento, a ser encaminhada ao preposto da Contratada.

7.1.22. A verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, ficará a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato.

7.1.23. A verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, ficará a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato.

7.1.24. A verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, ficará a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato.

7.1.25. O encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, ficará a cargo do Gestor do Contrato.

7.1.26. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.27. A manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, ficará a cargo do Gestor do Contrato que deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico, fiscais setoriais (no que couber) e Administrativo.

7.1.28. No caso da Contratada não executar os serviços contratados e atender as demandas abertas, será aplicado as sanções prevista no instrumento contratual, como também o pagamento estará limitado a uma faixa específica de tolerância prevista no formulário - Índice de Medição de Resultado - IMR, no qual a Contratada se sujeitará ao redimensionamento no pagamento.

7.1.29. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.30. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.1.31. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 7.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19, INCISO I)

7.2.1. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 7 - Metodologia de avaliação das etapas de execução

Etapa	Avaliação	Índice de referência
-------	-----------	----------------------

Etapa	Avaliação	Índice de referência
Inicial	Manutenção do sistema	Disponibilidade do sistema
		Suporte técnico do sistema
	Relatórios dos fiscais (no que couber)	93,3% de disponibilidade Sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção Sem conclusão de chamados fora dos períodos de atendimento pactuados
	Prestação dos serviços mensais	100% de execução sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção Os serviços serão avaliados e fiscalizados mensalmente, mediante a aplicação dos Índices de Medições de Resultado apensados no APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos

7.2.2. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Contratante, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.

7.2.3. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Fiscais e Gestor do Contrato.

7.2.4. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Gerência de Compras e Licitações, que adotará as medidas cabíveis.

7.2.5. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, a contratada estará sujeito às sanções administrativas previstas.

#### 7.2.6. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

Tabela 8 - ICRDP – Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo

Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Define o percentual de chamados que devem ser resolvidos dentro do prazo estabelecido
<b>Meta a cumprir</b>	ICRDP > = 90%
<b>Método de medição</b>	Cronometragem de tempo, em horas, contabilizados para os atendimentos regulados por este índice
<b>Instrumento de medição</b>	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
<b>Periodicidade</b>	Acompanhamento contínuo do contrato
<b>Mecanismo de Cálculo (medida)</b>	ICRDP = TCR / TCA x 100 onde: TCR - Total de chamados/manutenções resolvidos dentro do período mensal de apuração TCA - Total de chamados/manutenções abertos
<b>Observações</b>	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo Gestor do Contrato
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão do Alarme do Sistema ou solicitação por e-mail da contratante
<b>Faixas de Ajuste no Pagamento - FAP</b>	De 0,90 até 1,00 – 100% do valor da Nota Fiscal De 0,70 a 0,89 – 98% do valor da Nota Fiscal De 0,50 a 0,69 – 96% do valor da Nota Fiscal Abaixo de 0,50 – 95% do valor da Nota Fiscal e caracterização de inexecução parcial do contrato.
<b>Observações</b>	- Os atrasos deverão ser informados no relatório descritivo do serviço no Instrumento de Medição de Resultados - A cronometragem do tempo de execução dos serviços será interrompida, gerando pendências de atendimento, desde que a causa da interrupção seja da Contratante - Os padrões de qualidade relativos a este índice se vinculam ao total enquadramento nas normas técnicas referentes ao serviço prestado

#### 7.2.7. NÍVEIS DE SEVERIDADE

Tabela 9 - Níveis de Severidade

Nível de Criticidade	Descrição	Prazo máximo de atendimento da demanda após abertura do chamado
<b>Inoperante/Emergencial</b>	<i>Software ou Hardware</i> sem condições de funcionamento, onde o problema provoque a indisponibilidade total do sistema ou solução.	Em até 02 horas após abertura do chamado.
<b>Parcialmente inoperante/Urgente</b>	Falha parcial de qualquer elemento relacionado a estrutura da solução que ocasione a indisponibilidade das informações para os operadores do sistema e que afete acima de 50% do sistema ou solução.	Em até 4 horas após abertura do chamado
<b>Contornável/Normal</b>	Falha parcial de qualquer elemento relacionado a estrutura da solução, sendo uma condição pontual e que não comprometa a operação do sistema ou solução.	Em até 8 horas após abertura do chamado
<b>Consulta</b>	Dúvida ou questionamento sobre funcionalidade da solução.	24 horas após abertura do chamado

#### 7.3. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19, INCISO I)

7.3.1. Se dará por meio dos seguintes mecanismos:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.
- especificações contidas no APÊNDICE IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

#### 7.3.2. MECANISMOS DE IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES ESTABELECIDOS

- Conforme definido na seção 7.2.6. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS.
- Conforme definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- Conforme definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

#### 7.3.3. LISTAS DE VERIFICAÇÃO / ROTEIROS DE TESTES

7.3.3.1. A verificação e testes para recebimento, execução e estão do contrato se dará de acordo com:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.
- especificações contidas no APÊNDICE IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.3.4. **INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS**

7.3.4.1. Não se aplica.

7.4. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV)**

7.4.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

7.4.2. Não produziu os resultados acordados;

- Deixou de executar os serviços contratados, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e
- Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- Deva ser sancionado em algum dos Instrumentos de Medição de Resultado (IMR), constantes deste documento.

7.4.3. O descumprimento das obrigações estabelecidas no Projeto Básico e relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará, uma vez comprovada, a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos mediante prévia defesa da Contratada, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

7.4.4. **Das Glosas/Sanções aplicáveis**

Tabela 10 - Glosa / Sanção aplicáveis

Id	Ocorrência	Glosa
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.  Em caso de reincidência, 5% sobre o valor total do Contrato.
2	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
3	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
4	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
5	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do Contrato.
7	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
8	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
9	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Não atender ao indicador de nível de serviço Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo	Glosa de 1% sobre valor mensal do contrato para valores do indicador ICRDP de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 2% sobre o valor da Abertura de Chamado para valores do indicador ICRDP de 0,21 a 0,30.

		Glosa de 4% sobre o valor da Abertura de Chamado para valores do indicador ICRDP de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 5% sobre o valor da Abertura de Chamado para valores do indicador ICRDP de 0,51 a 1,00.
		Multa de 2% sobre o valor do Contrato e Glosa de 6% sobre o valor da OS, para valores do indicador ICRDP maiores que 1,00.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

#### 7.4.5. Das Multas

7.4.5.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

7.4.5.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

#### ii) Multa de:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 11- Graus de infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 12 - Infrações

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
2	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
4	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
5	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no contrato	01

7.4.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 7.5. **Do Pagamento - (IN. 01/2019, Art. 19, inciso V)**

7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do Art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão Contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.5.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF.

7.5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.14. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.16. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

7.5.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
I = (TX)  
I = ( 6 / 100 ) / 365  
I = 0,00016438  
TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 20)

8.1. A Estimativa de Preço da Contratação foi feita diretamente com o fornecedor que tem exclusividade sobre o sistema Intelletotum, uma vez que o serviço a ser contratado é mediante à Inexigibilidade, conforme inciso I, do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993. Sendo assim, o preço proposto pela empresa tem o valor mensal da contratação de **R\$18.612,41** (dezoito mil seiscentos e doze reais e quarenta e um centavos). Sendo assim, valor global para 48 (quarenta e oito) meses é de **R\$ 893.395,68** (oitocentos e noventa e três mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme quadro a seguir:

Tabela 13 - Estimativas

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR MENSAL	VALOR PARA 48 MESES
Único	27928	Contratação de serviço de suporte técnico e manutenção 24 horas por 7 dias da semana, para o sistema computacional INTELLETOTUM	R\$ 18.612,41	R\$ 893.395,68

8.2. A empresa apresentou contratações com outros entes públicos no valor anual de R\$ 337.290,24 (MP-SC) 5471268, R\$ 371.612,52 (PC-AMAZONAS) 5471318 e R\$ 301.491,00 (SESP-MT) 5471324 com Média Aritmética de R\$ 336.797,92. Portanto, se comparados os valores propostos pela empresa com a Média Aritmética dos valores praticados pelo contratado junto a outros entes públicos, conclui-se que o valor proposto é compatível com os valores praticados no mercado, pois o valor mensal da proposta multiplicado por 12 meses tem resultado de R\$ 223.348,92 (duzentos e vinte e três mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21)

9.1. Adequação Orçamentária - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 21, inciso I)

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Órgão/Gestão: 110511/0001;
- b. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- c. Fonte: 1000 – Recursos Livres da União;
- d. Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento ambiental e ilícitos e Desenvolvimento Sustentável;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168624;
- f. Natureza da Despesa: 33.90.40.07 - Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares; e
- g. Código do Sistema PTA/2023: 071/23 – Manutenção operacional do software do IDSeg (mensal).

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21, INCISO II)

Tabela 14 - Cronograma de Execução

Etapa	Prazo	% de desembolso (estimado) 48 meses				
		2023	2024	2025	2026	2027
Manter o funcionamento do sistema e executar o suporte técnico 24 horas	Início imediato após a contratação	12,5%	25%	25%	25%	12,5%

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O contrato vigorará por 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de realização de pesquisa que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

12. DO REAJUSTE DE PREÇOS – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 24)

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Será admitido o reajuste de preços dos serviços contratados, nos termos do art. 24, da Instrução Normativa MPDG nº 01/2019, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, pela variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) — divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

12.2.1. O interregno mínimo de 1 ano será contado:

- Para primeiro reajuste: a partir da data limite para a apresentação da proposta comercial; e
- Para os reajustes subsequentes ao primeiro: a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste ocorrido ou precluso.

12.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.6. O ICTI poderá ser obtido em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 23)

13.1. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

13.1.1. Trata-se serviço não comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante Inexigibilidade, conforme inciso I, do Artigo 25, da Lei nº 8.666/1993.

13.2. **Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação - (IN SGD/ME 01/2019 Art. 23, inciso IV)**

13.2.1. Não se aplica.

13.3. **Da Vistoria**

13.4. Não se aplica.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos as cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 3112, de 02 de junho de 2022 - ID5137744.

15.2. O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

**DESPACHO 1:**

1) O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

2) Encaminhe-se ao Setor de Inteligência e à Gerência do Centro Regional de Manaus para conferência e manifestação.

**SANDRO SALES DE OLIVEIRA**

Integrante Requisitante

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3112, DE 02 DE JUNHO DE 2022 (5137744)

**AILTON CORTEZ FREITAS DE ALENCAR**

Integrante Técnico

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3112, DE 02 DE JUNHO DE 2022 (5137744)

**ELIANA DOS SANTOS BRASIL**

Integrante Administrativo

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 3112, DE 02 DE JUNHO DE 2022 (5137744)

**DESPACHO 2:**

1) Conferido e de acordo.

2) Documentos de planejamento da contratação em conformidade com a IN 01/19 e existe previsão no PDTIC vigente.

3) Encaminhe-se à **DIOPE**.

**RAIMUNDO LOPES CAMARGOS FILHO**

Coordenador-Geral de Inteligência

Ciente, encaminhe-se

**FRANKLIN FERNANDO TEIXEIRA**

Gerente do Centro Regional de Manaus

**DESPACHO 3:**

1) **Aprovo**, no uso da competência delegada pela Portaria nº 2157/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 16 de junho de 2020, o presente Projeto Básico em conformidade com o Art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/93.

2) Encaminhe-se ao **Ordenador de Despesas**.

**HÉLCIO VIEIRA JÚNIOR**

Diretor Operacional

DESPACHO 4:

1) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o Art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI  
Ordenador de Despesas

APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar ID. SEI 6248389

APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

Instrumento de Medição de Resultados ID. SEI 5511686

APÊNDICE III - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Mapa de Gerenciamento de Risco - MGR ID. SEI 6034420

APÊNDICE IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**Demandas**

Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviço de suporte técnico e manutenção 24 horas por 7 dias da semana, para o sistema computacional INTELLETOTUM do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

Tabela 1 - Relação de Serviços Demandados

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO
1	27928	Serviço de suporte técnico e manutenção 24 horas por 7 dias da semana, para o sistema computacional INTELLETOTUM.

Os requisitos técnicos para todos os itens devem ser integralmente observados.

O Serviço de Suporte Técnico e manutenção, 24 horas por sete dias da semana, será realizado junto a serviço de suporte ao cliente que contemple as seguintes tarefas:

- Manutenção preventiva, que compreende a realização de testes periódicos seguindo roteiro estabelecido pela DÍGITRO (detentora da exclusividade do produto), ou por empresa por ela autorizada, visando a conservação do sistema, sendo ativada através de visitas pré-agendadas ou remotamente;
- Manutenção corretiva, que compreende a realização de correção de qualquer problema identificado no sistema por usuário, após acionamento do serviço de suporte ao cliente, a ser realizada remotamente ou via técnico local, conforme o caso;
- Suporte técnico, que compreende o serviço de atendimento aos usuários com eventuais problemas de entendimento sobre as funções do sistema INTELLETOTUM, mediante telefone ou intervenção remota funcionado 24 (vinte e quatro) horas e 7 dias na semana;
- Atualização de versões que consiste na atualização técnica recomendada pelo desenvolvedor, de modo a manter o sistema dentro das melhores condições de utilização;
- Visitas técnicas que consistem na realização de visitas exclusivamente técnicas, previamente agendadas, objetivando esclarecer dúvidas, ouvindo e propondo sugestões, novas facilidades de suporte técnico do sistema e ainda a supervisão remota de equipamento que deverá ser realizada durante toda a vigência do contrato e será prestada através dos serviços do centro de gerência de rede da empresa contratada, possibilitando assim a detecção de problemas, e atuando de forma pró ativa na correção de falhas.
- A empresa contratada deverá encaminhar relatório com as informações técnicas citadas nos itens acima.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- Possui arquitetura baseada em camadas, onde:
  - A camada inicial corresponde ao hardware da plataforma NGC da DÍGITRO;
  - A segunda camada compreende os softwares básicos para o funcionamento de uma aplicação web, notadamente o sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD), o servidor de aplicação e o servidor de apresentação;
  - A terceira camada forma a estrutura de sustentação da plataforma, provendo todos os recursos para que sejam executadas as funcionalidades dos aplicativos de análise;
  - A quarta camada compreende todos os aplicativos responsáveis pelas atividades de coleta de dados, análise, difusão, monitoramento e gestão.
- Permite a conexão dos dispositivos de hardware da plataforma NGC da DÍGITRO para a execução de funções de coleta de dados, notadamente para a conexão com a rede pública de telefonia fixa e celular e conexão com a internet, tanto para o envio quanto para o recebimento de dados através de protocolos e meios seguros.
- É baseada em sistema operacional Linux, customizado para melhor otimização das plataformas de hardware homologadas pela DÍGITRO, que recebe implementações e pacotes próprios para o pleno aproveitamento das potencialidades do hardware.
- Possui, integrado em seu bojo, todos os contêineres de software, incluindo pacotes do sistema operacional, e banco de dados relacionais, necessários ao seu pleno e ininterrupto funcionamento.
- É multioperações e multiorganismos de inteligência, permitindo o acesso simultâneo de diversos organismos, respeitando as permissões de acesso às informações, integridade de dados e segurança da informação peculiar a cada organismo de inteligência.
- Possui interface de operação totalmente orientada a navegador web. O acesso às funções respeita as permissões do usuário entrante.
- As interfaces da DÍGITRO INTELLETOTUM estão disponíveis nos idiomas Português do Brasil e Espanhol, bem como outros idiomas ocidentais (por meio da atividade de configuração). Da mesma forma, todos os manuais de configuração e de usuário estão disponíveis nesses idiomas.
- Possui ferramenta de **Autenticação e Autorização** com as seguintes características técnicas e funcionais:
  - Possui controle de usuários, perfis de usuários, permissões de acesso às funções disponíveis, às operações disponíveis em cada função (inclusão, edição, e exclusão) e de acesso às informações.
  - Possibilita o uso de dispositivos do tipo token que permitem a modificação da chave de acesso com o passar do tempo, maximizando a segurança de acesso.
  - Permite a compartimentalização das informações dentro de uma mesma base de conhecimento, o que possibilita que um determinado grupo de usuários possa restringir o acesso ao conhecimento gerado por seus membros.



- Permite a compartimentação do sistema através da representação virtual da estrutura da organização, por intermédio do uso de níveis organizacionais.
- Possui ferramenta de **Auditoria** com as seguintes características técnicas e funcionais:
  - Registra todas as ações executadas no sistema por cada usuário. São registrados o usuário que executou a ação, a data e hora da mesma, o dispositivo a partir do qual foi feita a ação, o aplicativo onde ela ocorreu e a ação propriamente dita. Também são registrados os valores inseridos pelo usuário envolvidos na ação.
  - Registra as consultas feitas pelos usuários, inclusive com as informações consultadas, aumentando a trilha de rastreabilidade em caso de vazamento de informações ou conhecimentos.
  - Mantém as informações disponíveis para acesso restrito, não sendo possível sua exclusão, em nenhuma hipótese.
  - Possui funções de recuperação das informações de auditoria, recuperando-as por ação, por módulo, por usuário e por período (datas de início e término; horário de início e término), ou a combinação destes filtros. Também permite a recuperação das informações por outros campos específicos de cada software aplicativo construído sobre esta estrutura tecnológica de software.
  - Permite a recuperação das ações pelos valores dos parâmetros envolvidos, sejam informações gravadas pelo usuário ou utilizadas em consultas;
  - Possui função de compartimentação das ações realizadas, vinculando-a à estrutura de Autenticação e Autorização para ser acessada apenas pelos devidos usuários;
  - Permite a criação de um usuário com perfil exclusivo para auditoria do sistema, o qual acessa apenas a ferramenta de Auditoria e a de relatórios.
- Permite a obtenção de conhecimentos gerados remotamente, (por outros "DÍGITRO INTELLETOTUM") o que garante o funcionamento da DÍGITRO INTELLETOTUM em clusters de inteligência.
- Possui uma estrutura de armazenamento baseada na abstração dos dados tratados pela plataforma através da definição de metadados<sup>1</sup>, formando uma **Base de Conhecimento** com as seguintes características:
  - Permite a definição de entidades otimizadas para a utilização em análises e manipulação pelos demais aplicativos através da utilização de metadados, chamadas Unidades de Informação.
  - Permite que as Unidades de Informação sejam definidas com atributos para indicar a sua estrutura e fazer o detalhamento.
  - Permite que as Unidades de Informação tenham propriedades para a definição do seu comportamento e nortear sua manipulação pelos demais aplicativos da DÍGITRO INTELLETOTUM.
  - Permite que os atributos das Unidades de Informação tenham propriedades para definir suas características para uso pelos demais aplicativos.
  - Permite que as Unidades de Informação sejam personalizadas para diferentes idiomas.
  - Permite que sejam vinculadas imagens às Unidades de Informação para a representação visual das mesmas, inclusive com a determinação de regras para indicar quando elas devem ser utilizadas.
  - Permite que sejam estabelecidos relacionamentos entre as Unidades de Informação, especialmente pela definição de uma Unidade de Informação como sendo atributo de outra.
  - Permite a compartimentação das Unidades de Informação e dos registros de dados entre os níveis organizacionais e usuários definidos no aplicativo de Autorização.
  - Permite a associação das Unidades de Informação com perfis de acesso configurados no aplicativo de Autorização, para indicar os usuários que podem acessá-las.
  - Registra todas as ações feitas sobre as Unidades de Informação no aplicativo de Auditoria para manter a rastreabilidade das mesmas.
  - Fornece recursos para que todas as ferramentas da DÍGITRO INTELLETOTUM possam armazenar seus dados e consultá-los sem que elas necessitem personalização para a estrutura de armazenamento efetivamente utilizada.
- Possui ferramenta de **Editor de Ontologias**<sup>2</sup> com as seguintes características técnicas e funcionais:
  - Permite o estabelecimento de vínculos de relacionamento entre termos e expressões devidamente agrupadas em domínios. Os termos podem pertencer a mais de um domínio, criando parâmetros de contextualização de informações, na formação de ontologias.
  - Gerencia as ontologias a partir da vinculação dos dados coletados, de forma a possibilitar o mapeamento do conhecimento relevante para cada organismo de inteligência, em cada operação.
  - Possibilita a recuperação contextualizada de conteúdos não-estruturados, armazenados em seus bancos, com o uso de ontologias.
  - Permite a inserção, edição, alteração, exclusão de termos e administração de ontologias.
  - Possibilita que as operações de edição de ontologias sejam validadas por administradores de ontologias, oferecendo maior controle sobre o cadastramento indevido e inadequado de termos.
  - Possui integração nativa com as ferramentas de análise não-estruturada que permitem a produção de conhecimentos através de análise contextualizada das informações com base nas ontologias supracitadas.
  - Permite a emissão de relatórios de ontologias organizados por domínio e por termos, de acordo com a necessidade do usuário.
- Possui ferramenta de **Análise de Vínculos e Cronológica** com as seguintes características técnicas e funcionais:
  - Permite a montagem gráfica de redes de relacionamentos incluindo dispositivos, ocorrências, artefatos e pessoas, possibilitando o salvamento do gráfico resultante, assim como seu resgate mediante filtros. Também possibilita o salvamento de um perfil de pesquisa utilizado. Tais redes de relacionamentos embasam as atividades de análise.
  - Gera graficamente as redes de relacionamentos, de forma automática, a partir de seus bancos de dados, assim como de tabelas organizadas em planilhas eletrônicas e arquivos estruturados. Tais bancos de dados são alimentados pelos programas de computador que se alicerçam nesta estrutura tecnológica de software.
  - Possibilita a visualização dos dados das arestas que interligam os ícones, modificando sua espessura de acordo com a quantidade de registros existentes e sua expansão.
  - Possibilita a inclusão de arquivos externos de multimídia como vídeos, imagens e áudios, além dos que já se encontram na Base de conhecimento, podendo ser reproduzidos na própria rede, desde que acionados através dos ícones e arestas.
  - Permite filtrar informações dos vértices expandidos.
  - Permite a visualização das ocorrências de vínculos relevantes oriundos de fontes textuais (ex.: Fontes noticiosas, histórico do Boletim de Ocorrência, Pareceres Jurídicos, documentos, entre outros) por meio da expansão de unidade de informação pertencente ao uma pessoa.
  - Permite que arranjos gráficos sejam feitos nas redes de relacionamentos geradas automaticamente, ou simplesmente cadastradas, para melhor visualização, salvamento e posterior uso e manuseio. o Permite o aproveitamento automático das redes de relacionamentos salvas e marcadas para isso, na composição de relatórios de inteligência. Possibilita, ainda, a impressão das redes de relacionamentos, inclusive em plotagem.
  - Possibilita a aproximação ou afastamento da visualização dos objetos da rede relacional, como também ajustar a rede representada na interface ao tamanho da janela do módulo.
  - Permite a inserção de eventos que indiquem a ocorrência de um fato temporal.
  - Permite união de duas ou mais redes distintas, resultando em uma nova rede que contemple os elementos das redes originais e suas conexões.
  - Permite o acompanhamento de eventos no tempo (cronologicamente) relacionados a determinadas pessoas, dispositivos ou artefatos previamente selecionados.
  - Possibilita nesta mesma análise cronológica, assim, como na análise de vínculo, o acesso a recursos de multimídia como vídeos, imagens e áudios.
  - Possibilita a montagem do gráfico de análise cronológica a partir dos gráficos gerados pela ferramenta de análise de vínculos, aproveitando os relacionamentos lá construídos para sua análise cronológica.
  - Permite o aproveitamento automático dos gráficos de análise cronológica gerados, na composição de documentos técnicos, possibilitando ainda sua impressão mediante autorização desta funcionalidade, disponível no controle de permissões.

- Possui ferramenta de **Análise Georreferenciada** com as seguintes características técnicas e funcionais:

- Permite a visualização geográfica de pessoas, ocorrências, dispositivos e artefatos, em base georreferenciada, possibilitando, também, a inserção de marcos de reconhecimento nos mapas. Tais marcos, quando relativos a determinados temas, ficam disponíveis para consulta através de filtros.
- Possibilita visualizar a localização de uma chamada telefônica no exato momento em que os dados da chamada são recebidos da operadora.
- Permite a navegação nos mapas gerados utilizando-se de ferramentas do tipo aproximação ou afastamento da visualização.
- Opera sem a necessidade de softwares de gerenciamento de informações espacializadas de terceiros.
- Possibilita salvar um perfil de pesquisa utilizado. o Permite salvar e enviar o mapa como imagem e exportá-lo para repositório de documentos e relatórios.
- Possibilita a localização de um logradouro no mapa. o Permite que o usuário, ao criar uma referência geográfica, possa visualizar suas dimensões, fornecendo uma informação útil sobre o tamanho real da área que está sendo delimitada.

- Possui ferramenta de Editor de Documentos, construída especificamente para a produção e difusão de conhecimentos com as seguintes características técnicas e funcionais:

- Possibilita a edição de documentos textuais, permitindo agregar, também, as informações e conhecimentos produzidos com a ferramenta, tais como redes de relacionamento, marcos georreferenciados, gráficos comparativos e temporais, e transcrições de áudios.
- Permite a recursividade dos documentos técnicos produzidos, a partir do seu aproveitamento como base de conhecimento, o que é possibilitado através da inserção destes documentos como fonte não-estruturada de dados.
- Gerencia templates de documentos técnicos tais como: notas informativas e relatórios de inteligência. Essa funcionalidade permite a automatização parcial da redação num visível aumento de produtividade, bem como o estabelecimento de um padrão de formatação.
- Permite a cifragem dos documentos produzidos, e a remessa de tais conteúdos cifrados ao seu destinatário, de forma que somente ele possa ter acesso, com sua chave de decifragem.
- Possibilita a seleção de artefatos, arquivos externos por exemplo, para seu aproveitamento nas redes de relacionamentos, nas bases geográficas, ou ainda no apoio à redação dos documentos.
- Permite o controle das funcionalidades de impressão e de exportação, através dos perfis de acesso e permissões dos usuários.
- Gerencia a difusão e compartilhamento dos documentos entre os usuários e níveis organizacionais do sistema. o Permite enviar documentos por e-mail para pessoas credenciadas, facultando ao usuário a criptografia do conteúdo a ser transmitido.

- Possui ferramenta de **Monitoramento** com as seguintes características técnicas e funcionais:

- Possibilita a automatização das rotinas de pesquisa em fontes não-estruturadas, permitindo informar aos interessados, através da interface do sistema, através de e-mail e através de SMS, as ocorrências detectadas que atendam à rotina de pesquisa previamente configurada.
- Possibilita que as pesquisas feitas sobre as fontes não-estruturadas sejam configuradas por termos determinados, estes com outros termos a ele relacionados através das ontologias ou por domínios completos de conhecimento.
- Possui painel de acompanhamento de indicadores, notícias, gráficos, estados de artefatos (status), fichas de indivíduos, numa única interface.
- Possibilita a configuração do sistema para o envio do relatório de monitoramento textual por e-mail.
- Permite a criação e configuração de miniaplicativos dentro do painel de acompanhamento requerido no item anterior, destinados ao monitoramento dos seguintes eventos: a) genéricos ou específicos para um objeto de estudo; b) interceptações telefônicas; c) textos.
- Possibilita o acompanhamento de indicadores de desempenho, informando aos usuários através da interface do sistema, e-mail ou SMS, sobre o atingimento do valor previamente configurado.

- Possui ferramenta de **Análise Estruturada e Gráfica** com as seguintes características técnicas e funcionais:

- Permite a elaboração de planilhas de dados com as informações armazenadas na Base de Conhecimento, com a seleção dos dados que deverão ser apresentados.
- Permite a extração de estatísticas classificadas por temas ou contextos que indiquem tendências ou padrões de acontecimento de fatos, possibilitando o tratamento e geração de informações gerenciais de apoio à decisão.
- Possibilita a extração e construção das visões de informações de gestão, fruto do cruzamento de dados, para a criação de filtros de seleção parametrizáveis, aplicáveis aos atributos que compõem a consulta.
- Permite a geração de estatísticas e gráficos que são salvos e ficam disponíveis para uso mediante permissão de acesso para o devido controle.
- Possibilita que o layout das saídas geradas, em especial dos gráficos, seja alterado pelo operador, permitindo agrupar os filtros baseados nos atributos disponíveis.
- Permite que os relatórios de gestão gerados sejam “publicados” e mantidos atualizados, em determinado painel de acompanhamento.
- Possibilita que os gráficos e estatísticas que gera sejam “exportados” para a ferramenta de Painel de Acompanhamento de tal forma a manter o acompanhamento “on-line” dos indicadores apurados. Essa exportação poderá ser feita por meio de gauges inseridos no supracitado painel de acompanhamento.
- Permite a integração e exportação de informações gráficas para diferentes formatos de documentos.
- Possibilita gerar gráficos, quando oportuno, de diferentes tipos - linha, área, barra, coluna, plotagem, pizza e gauge.
- Permite a análise cruzada dos dados através de tabelas de sumarização, com a possível alternância da visualização para gráficos.

- Possui ferramenta de **Relatórios**, com as seguintes funcionalidades:

- Permite a emissão de relatórios contendo gráficos e tabelas a partir de modelos configurados sobre o modelo de dados do sistema.
- Permite que sejam utilizados parâmetros para filtragem e configuração de agrupamentos de dados.
- Possibilita que seja configurada a periodicidade da emissão do relatório.
- Registra todas as ações feitas, como configuração e emissão, na ferramenta de Auditoria. o Permite que o relatório seja armazenado na máquina do usuário nos formatos HTML e PDF.

- Possui ferramenta de **Análise Textual** com as seguintes características técnicas e funcionais:

- Permite a seleção de fontes de dados para a realização das pesquisas textuais baseadas em linguagem natural.
- Possibilita a realização de pesquisas textuais contextualizadas (baseadas em ontologias) em bases textuais de conhecimento, garantindo qualidade no retorno dos documentos obtidos e aumentando a produtividade da análise.
- Permite o retorno das informações de forma classificada segundo seu grau de semelhança, representado por cores. Neste sentido, as informações mais semelhantes serão identificadas com cores mais fortes, alternando a tonalidade conforme a semelhança se distancia da informação requisitada.
- Permite a seleção da pesquisa baseada, ou não, no texto exato para análise.
- Permite a escolha do período cronológico de pesquisa, baseado na data da geração dos registros não estruturados, na base de conhecimento.
- Possibilita ordenar cronologicamente os resultados das pesquisas desprezando, nesses casos, a análise contextual.
- Permite a exibição das informações encontradas diretamente nas fontes de dados, através do link de acesso, quando disponível.
- Permite a visualização da incidência cronológica do assunto analisado na forma de gráfico, localizado na mesma interface da análise textual.
- Possibilita recuperar parâmetros de um monitoramento na pesquisa.
- Permite visualização da quantidade de documentos encontrados na pesquisa.
- Possibilita a seleção de documentos resgatados pela pesquisa e sua remessa para aproveitamento na redação dos documentos técnicos. Os Documentos produzidos também servirão de fonte de dados não estruturados para a própria análise textual, respeitando a compartimentalização estabelecida.

- Permite salvar os filtros de pesquisa para efeitos de monitoramento possibilitando que a DÍGITRO INTELLETOTUM passe a monitorar todo novo registro não estruturado quanto à sua aderência à pesquisa e, em caso positivo, informe ao operador desta ocorrência encontrada.
- Possui ferramenta de **Gerenciamento de Exportações**, com as seguintes funcionalidades:
  - Possibilita, mediante permissão de acesso à função, exportar documentos, áudios e dados, gerados nas demais ferramentas, para dispositivos externos do tipo CD/DVD, de forma criptografada.
  - A forma criptografada de que trata o requisito acima é personalizada para cada exportação considerando o conteúdo e o destinatário da exportação.
  - Permite, mediante permissão de acesso à funcionalidade, que uma exportação seja feita para o disco rígido do microcomputador em uso.
  - Possibilita acompanhar o andamento da exportação durante o seu processamento, diretamente na interface da função.
  - Permite identificar a origem da exportação para efeitos de rastreamento do usuário que a gerou, data da geração, e hora da geração dentre outros dados de identificação.
  - Possibilita o agendamento de exportações com vistas à otimização de recursos humanos e materiais. O detalhamento do agendamento configurado fica disponível para consulta por parte dos usuários autorizados.
  - Permite administrar e visualizar os destinatários credenciados para receber a exportações previamente agendadas.
- Possui ferramenta de **Backup**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite a criação de cópias de segurança dos dados armazenados no sistema em mídias externas como CDs, DVDs, Blu-rays e dispositivos LTO.
  - Possibilita o agendamento periódico da criação das cópias de segurança.
  - Permite a recuperação dos dados contidos nas cópias de segurança para reuso no sistema, tanto em situações de emergência quanto para a visualização de dados mais antigos.
- Possui ferramenta de **Coleta de Redes Sociais**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite a coleta de dados de perfis em serviços de redes sociais disponíveis na internet, notadamente o Twitter e o Facebook.
  - Permite a coleta das publicações realizadas pelos perfis cadastrados.
  - Armazena os dados coletados na Base de Conhecimento do sistema para que possam ser analisados e cruzados com os demais.
  - Permite que as imagens publicadas pelos perfis sejam coletadas e armazenadas para análise.
  - Possibilita que os perfis cadastrados sejam compartilhados com outros usuários do sistema, bem como difundidos para níveis organizacionais superiores.
  - Permite que seja associado um rótulo para o perfil, facilitando o processo de identificação do mesmo.
- Possui ferramenta integrada para **Supervisão de Alarmes**, com as seguintes funcionalidades:
  - Emite alarmes utilizando o protocolo SNMP para o monitoramento do estado de funcionamento dos hardwares e softwares que formam a plataforma, tais como, disponibilidade do equipamento, espaço em disco, estado dos servidores de aplicação, conectividade, etc.
  - Permite a visualização dos alarmes emitidos pela plataforma em uma interface diretamente integrada à solução.
  - Permite a classificação dos alarmes de acordo com sua prioridade.
  - Permite a comunicação com o serviço de gerenciamento da operação de rede DÍGITRO SERVICE.
- Possui ferramenta de **Gerenciamento de VPN**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite que sejam estabelecidas conexões criptografadas entre as máquinas dos usuários e o servidor de aplicação para o acesso ao sistema.
  - Possibilita a associação do usuário que estabelece a conexão com o usuário do sistema, para fins de auditoria.
  - Permite o estabelecimento de conexões utilizando os protocolos OpenSSL, IPsec e PPTP.
  - Possibilita a configuração do número máximo de conexões simultâneas, bem como da velocidade de cada conexão.
- Possui ferramenta de **Mensagem**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite a troca de mensagens entre usuários do sistema.
  - Permite que um grupo de usuários receba uma mensagem enviada por um administrador ou gestor.
- Possui ferramenta de **Painel de Acompanhamento**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite a visualização de gráficos ou tabelas com indicadores, os quais são atualizados pela ferramenta de Monitoramento conforme ocorre a coleta de dados no sistema.
  - Possibilita que o conteúdo coletado pela ferramenta de Coleta de Redes Sociais seja visualizado em componentes de listagem.
  - Permite a visualização de mapas com conteúdo georreferenciado.
  - Possibilita a visualização de câmeras de vídeo integradas à solução ou disponíveis em fontes abertas na internet.
  - Integra-se com as demais ferramentas para permitir a atualização do seu conteúdo, sob demanda ou em tempo real.
- Possui ferramenta de **Administração de Recursos**, com as seguintes funcionalidades:
  - Permite o cadastro de pessoas que não são parte do efetivo da organização mas são de interesse dela, informando habilidades e qualificações, entre outras informações.
  - Permite o cadastro dos recursos humanos que compõem o efetivo da organização.
  - Permite que os recursos humanos sejam associados aos órgãos cadastrados no sistema, bem como sua caracterização através das habilidades, treinamentos, contatos, entre outros.
  - Possibilita o cadastro de referências geográficas para a representação de pontos ou áreas de interesse georreferenciados.
  - Possibilita o cadastro de recursos materiais a disposição da organização para servir de apoio operacional, inclusive com a atribuição de categorias e tipos a eles.
  - Permite a configuração da categorização dos recursos.
  - Permite a criação de uma hierarquia de órgãos responsáveis pela execução dos processos na organização.
  - Possibilita o registro de treinamentos, cursos e outras especializações tanto visando a qualificação dos recursos humanos quanto para determinar as necessidades para a execução de atividades.
  - Permite o cadastro de veículos pertencentes à organização relacionados ao escopo do sistema a ser instalado.
  - Possibilita a indicação de unidades de serviço (veículos, pessoas, entre outras) para a execução das atividades dos processos gerenciados pela plataforma.
  - Possibilita a associação das unidades de serviço aos órgãos.

## APÊNDICE V - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO (MODELO)

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM, vinculado ao Ministério da Defesa, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada Contratada; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da Contratante; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

#### **Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante.

**Parágrafo Segundo** – A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela Contratante.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** - A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

**Parágrafo Segundo** – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada;

II. A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **Cláusula Nona – DO FORO**

A Contratante elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

De Acordo

Pela Contratante:

\_\_\_\_\_

Pela Contratada:

\_\_\_\_\_

#### **TESTEMUNHAS**

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO DE CIÊNCIA (MODELO)**

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no CENSIPAM.

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Ciência

Contratada

\_\_\_\_\_

Funcionários

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL****Identificação**

<b>Contrato Número:</b>	
<b>Objeto:</b>	
<b>Contratante:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Contratada:</b>	
<b>CNPJ:</b>	

**Termos**

I. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I - O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: .

II - As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
- d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo;
- e) Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

**De acordo**

<b>Contratante</b>	<b>Contratada</b>
<b>Autoridade da Área Administrativa</b>	<b>Representante Legal</b>
_____	_____
Matrícula: _____	
Manaus, _____ de _____ de 20 _____.	

**APÊNDICE VII - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR****DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (MODELO)**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ representada pelo(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em razão da condução do procedimento de Inexigibilidade de Licitação.

(Cidade), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura (indicação do subscritor)

Carimbo da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Eliana dos Santos Brasil, Integrante Administrativo**, em 03/05/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Sales de Oliveira, Assessor(a)**, em 03/05/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Cortez Freitas de Alencar, Integrante Técnico**, em 03/05/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Franklin Fernando Teixeira, Gerente do Centro Regional**, em 03/05/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6204910** e o código CRC **1CAFF4B6**.